Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

85/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

Acidente de Trabalho. Culpa concorrente do empregador. Não demonstrando o empregador a entrega de equipamentos de proteção, tampouco a manutenção correta do equipamento que ensejou o acidente de trabalho, deve ser responsabilizado pelo evento. (TRT/SP - 01528200531202002 (01528200531202002) - RO - Ac. 3ªT [20101027782](#) - Rel. ELISA MARIA DE BARROS PENA - DOE 15/10/2010)

APOSENTADORIA

Cancelamento

Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei. Inteligência da S. 160 do C. TST. (TRT/SP - 00762006420075020085 (00762200708502000) - RO - Ac. 17ªT [20101092657](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 28/10/2010)

Complementação. Direito material

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO. DIREITO A VIÚVA MEEIRA. Alcançado por via judicial o direito à complementação de aposentadoria, não há que se falar em erro judicial, nem tampouco violação ao artigo 5º, incisos II e XXXVI da Carta Magna, pois não possui a viúva supérstite, qualidade de terceira, como lhe quer impor a reclamada, sendo devido, portanto o benefício de resto já integrado ao seu patrimônio (TRT/SP - 00280200905902005 (00280200905902005) - RO - Ac. 3ªT [20101027588](#) - Rel. ELISA MARIA DE BARROS PENA - DOE 15/10/2010)

Efeitos

1) APOSENTADORIA - EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - INOCORRÊNCIA. O posicionamento do STF (ADI 1721-3/DF) reflete a permissão da manutenção de um único pacto laboral, em caso de aposentadoria espontânea, de modo que o empregado faz jus às parcelas rescisórias inerentes à dispensa sem justa causa, na hipótese de a iniciativa da rescisão partir da empresa, ou da constatação de algum vício no pedido de demissão. 2) RESCISÃO CONTRATUAL - JUBILAMENTO - OPÇÃO DO EMPREGADO - ANÁLISE DA VOLUNTARIEDADE IN CONCRETO - PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGO. A voluntariedade do pedido de demissão deve ser analisado à luz das circunstâncias do caso concreto. A apresentação de formulário com opção previamente assinalada, sem menção à possibilidade de a empregada continuar prestando serviços à empresa, assim como o pedido de aposentadoria levado a efeito pela própria reclamada representam fortes indícios de fraude no pedido de demissão. Evidencia o desiderato antijurídico da empresa em rescindir os contratos de trabalho dos empregados antigos, sem arcar com todo o ônus financeiro decorrente dessa intenção, principalmente após a

sedimentação do tema relativo à inviabilidade de extinção automática do pacto laboral pela aposentadoria espontânea. Deve ser privilegiado o princípio da continuidade do contrato de emprego. Recuso ordinário parcialmente provido. (TRT/SP - 00579002820085020050 (00579200805002001) - RO - Ac. 8ªT [20101028487](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 15/10/2010)

CONCILIAÇÃO

Efeitos

"ACORDO CELEBRADO EM AÇÃO COLETIVA PARA O PAGAMENTO PARCELADO DE VERBAS RESCISÓRIAS SEM A QUITAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO §8º, DO ART. 477, DA CLT. DIREITO GARANTIDO AO EX-EMPREGADO DE POSTULAR INDIVIDUALMENTE O PAGAMENTO DA PENALIDADE. Visando a ação coletiva a resolução da problemática estabelecida com a rescisão contratual e necessidade de quitação das verbas rescisórias a um grande número de trabalhadores, tendo sido realizado acordo para o parcelamento desses pagamentos e não incidência da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT, entende-se válido, em efetivo, para a solução da questão emergencial. No entanto, postulada posteriormente em ação individual a multa em face da patente mora (pagamento parcelado das rescisórias), haverá de ser deferida ao ex-empregado, pois a norma posta prevê a penalidade para a circunstância de os títulos não virem pagos dentro do prazo que estabeleceu. O acordo não tem o condão de revogar a lei federal." (TRT/SP - 01887008720065020027 (01887200602702005) - RO - Ac. 10ªT [20101158470](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 12/11/2010)

CONFISSÃO FICTA

Configuração e efeitos

Atraso ínfimo. Efeitos. Aplica-se a revelia e a confissão àqueles que se furtam ao chamamento judicial, revelando-se negligentes e desinteressados. Nesse contexto, não se configura a confissão quando o procurador comparece, portando defesa e documentos, com atraso ínfimo de apenas 03 (três) minutos, já estando presente a preposta da empresa. (TRT/SP - 02112200807402006 (02112200807402006) - RO - Ac. 3ªT [20101117706](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 05/11/2010)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Cálculo e incidência

DANO MORAL. REARBITRAMENTO DO IMPORTE FIXADO PELO JUÍZO A QUO. O importe arbitrado a título de indenização por danos morais deve ter por parâmetro a gravidade do ato ilícito praticado, a capacidade econômica do agente que o praticou, e os fins punitivo, educativo e compensatório. Dessa forma, faz-se necessário o rearbitramento da indenização, na forma da Súmula nº 362, do C. STJ. (TRT/SP - 01959200840102006 (01959200840102006) - RO - Ac. 8ªT [20101028878](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 04/11/2010)

CUSTAS

Prova de recolhimento

Custas. Indicação incorreta do código de recolhimento. Não conhecimento do recurso. Ao TST incumbe, por força de lei (art. 790 da CLT), fixar regras para o pagamento de custas. Recolhimento efetuado em desacordo com essas regras

não atinge sua finalidade e, a par de impor o não conhecimento do recurso, desatende ao preceito contido no § 2º acrescido ao art. 98 da Constituição Federal pela EC nº 45 (TRT/SP - 02543200704002004 (02543200704002004) - RO - Ac. 1ªT [20100959320](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 15/10/2010)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em acidente de trabalho

DANO MORAL. ACIDENTE-TIPO. AFASTAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS CONTÍNUOS E SEQUENCIAIS. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. A redução da capacidade laborativa da jovem de 26 anos representa relevante dificuldade de recolocação profissional ou mesmo o alijamento do mercado de trabalho. O empregador, ao contratar o empregado, assume a obrigação de zelar pela sua higidez física e psíquica e a empregabilidade futura. Com suporte no Código Civil (art. 186 e 927) e na própria Constituição Federal, que erige a garantia de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art.7º, XXII), impõe-se a justa reparação como forma de minimizar o agravo a que foi submetida a reclamante, e evitar a reiteração da conduta omissiva do empregador. (TRT/SP - 00433200930302004 (00433200930302004) - RO - Ac. 8ªT [20101028509](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 15/10/2010)

Indenização por dano moral em geral

"DANOS MORAIS. HUMILHAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO. DIREITO A INDENIZAÇÃO. A situação de humilhação narrada pelo reclamante em sua peça inicial, comprovada nos autos por depoimento testemunhal que assegurou costumar a sócia da reclamada falar em voz alta, aos gritos, cobrando a realização dos serviços pelo reclamante, dirigindo-se a ele, pois era o encarregado, configuram danos morais. Ao invés de incentivar os trabalhadores à produtividade enaltecendo os pontos em que houvessem se destacado, apontando estratégias e métodos de melhoria, mantendo níveis adequados de auto-estima para a realização das tarefas diárias com segurança, a superiora do reclamante preferia trata-lo de forma desrespeitosa. Não se assemelha esse procedimento com aquele que se espera tenham os superiores hierárquicos, os administradores, aqueles que têm como tarefa, dar ordens, fiscalizar e conferir o seu cumprimento. A cobrança deve ser exercitada. Contudo, há limites de educação e urbanidade. Basta, tão-somente, apontar o não cumprimento, impor penalidade, estas que podem ser rígidas, contudo, de nenhuma forma, pressupõe tratamento desrespeitoso, haja vista que tal equivale ao descumprimento de uma das obrigações do contrato de trabalho. Indenização deferida." (TRT/SP - 02196200805002008 (02196200805002008) - RO - Ac. 10ªT [20101158569](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 12/11/2010)

ENTIDADES ESTATAIS

Privilégios. Em geral

Autarquia especial. Prerrogativas do Decreto-Lei 779/69. Diante da decisão proferida pelo C. TST, as entidades de fiscalização de exercício profissional são consideradas autarquias especiais, estando assim abrangidas pela prerrogativa referida no Decreto-Lei 779/69. (TRT/SP - 01842005720015020025 (01842200102502003) - AP - Ac. 3ªT [20101117617](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDE GALVÃO DEVONALD - DOE 05/11/2010)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Qualificação profissional diferente

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ATENDENTE E AUXILIAR DE ENFERMAGEM. IMPOSSIBILIDADE. Sendo regulamentada a profissão de auxiliar de enfermagem, cujo exercício pressupõe habilitação técnica, realizada pelo Conselho Regional de Enfermagem, impossível a equiparação salarial do simples atendente com o auxiliar de enfermagem. Inteligência da Orientação Jurisprudencial de nº 296 da SDI-1 do C. TST. (TRT/SP - 00370002220085020083 (00370200808302009) - RO - Ac. 17ªT [20101115436](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 04/11/2010)

INDENIZAÇÃO

Transação

Direito de Imagem. Indenização Indevida. O uso de acessórios para divulgação de promoções no âmbito restrito da empresa, sem qualquer conteúdo ideológico ou ofensivo à moral e aos bons costumes, não pode ser interpretado como afronta ao direito de imagem do empregado, sendo que tal determinação encontra-se albergada no âmbito do poder diretivo do empregador, não implicando nenhuma violação a qualquer direito personalíssimo do trabalhador, sobretudo considerando que a determinação patronal não lhe causou qualquer prejuízo. (TRT/SP - 01766200826102002 (01766200826102002) - RO - Ac. 3ªT [20101027472](#) - Rel. MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS - DOE 15/10/2010)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Contato permanente ou não

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO DIÁRIA DE QUINZE MINUTOS. NÃO EVENTUALIDADE. Não se configura eventual a exposição de quinze minutos diários do trabalhador à condição perigosa, em razão do risco potencial de ocorrência de algum infortúnio durante esse período. (TRT/SP - 00867004220085020446 (00867200844602000) - RO - Ac. 8ªT [20101028428](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 15/10/2010)

Indevido o adicional de periculosidade quando o contato com o risco é eventual. (TRT/SP - 02950008320055020035 (02950200503502004) - RO - Ac. 11ªT [20101109118](#) - Rel. WILMA GOMES DA SILVA HERNANDES - DOE 11/11/2010)

JORNADA

Intervalo violado

DO INTERVALO INTRAJORNADA. ADICIONAL NORMATIVO. Indubitável que a parcela prevista no artigo 71, parágrafo 4º, da CLT, tem natureza jurídica salarial. Inteligência da OJ. 354, da SDI-1, TST. Se a empresa não cumpre a determinação legal, sua contraprestação será como hora extraordinária, com a repercussão nas verbas salariais, com o adicional mínimo de 50%, ou o adicional normativo, se mais benéfico ao obreiro, como no caso dos autos. (TRT/SP - 02450200800602000 (02450200800602000) - RO - Ac. 8ªT [20101028916](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 15/10/2010)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

Intervalo intrajornada. Redução. É certo que o art. 71, da CLT, menciona que o intervalo para refeição e descanso para jornadas que ultrapassam seis horas diárias deve ser durante uma hora, considerando o objetivo de higiene, descanso e segurança do trabalhador. Mas, também é verdade que a atual Constituição Federal elevou o grau de reconhecimento das normas coletivas oriundas de negociações trabalhistas, envolvendo empregadores e sindicatos de trabalhadores (inciso XXVI, do art. 7º, da C. Federal). Deste modo, se existe cláusula no instrumento normativo que viabiliza a redução da duração, a previsão deve ser respeitada, uma vez que reflete a vontade normativa coletiva, amparada expressamente na Carta Magna. (TRT/SP - 01342200702102001 (01342200702102001) - RO - Ac. 3ªT [20101117668](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 05/11/2010)

PRESCRIÇÃO

Decretação "ex officio"

Prescrição de ofício. A Lei n.º 11.280/2006, conferiu nova redação ao artigo 219, parágrafo 5º do Código de Processo Civil, revogando o artigo 194 do Código Civil de 2002, estipulando que o "juiz pronunciará, de ofício a prescrição". Prescrição bienal. A jurisprudência consolidada na Súmula n.º 268 do Colendo TST em sua atual redação prevê como causa de interrupção da prescrição o arquivamento de ação anteriormente ajuizada dentro do prazo prescricional, mas somente em relação às pretensões idênticas. (TRT/SP - 00358008620085020080 (00358200808002005) - RO - Ac. 3ªT [20101027510](#) - Rel. MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS - DOE 15/10/2010)

Interrupção e suspensão

PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A vinculação do empregado à previdência social suspende o contrato de trabalho e, por consequência também a prescrição, salientando-se ainda que o cômputo do prazo prescricional quinquenal observará a data do efetivo afastamento. (TRT/SP - 00362003220095020447 (00362200944702002) - RO - Ac. 4ªT [20101066427](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 05/11/2010)

Prazo

Prescrição bienal. Ultrapassado o biênio após a extinção do contrato de trabalho, fulminada está a pretensão da reclamante pela prescrição, nos termos do artigo 7º, XXIX da Constituição Federal. Recurso não provido. (TRT/SP - 01203200944102007 (01203200944102007) - RO - Ac. 14ªT [20101085502](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 16/11/2010)

"PRESCRIÇÃO. ADICIONAL POSTULADO EM AÇÃO ANTERIOR JULGADA PROCEDENTE. REFLEXOS POSTULADO POSTERIORMENTE. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO PARCIAL. Considerando a ausência de informação relativamente à rescisão contratual do reclamante e o deferimento do adicional de periculosidade desde a data em que foi suprimido (parcelas vencidas) e a partir de então incluído em folha de pagamento (parcelas vincendas), possível o pleito de reflexos agora, posto que o plus vem sendo quitado e os reflexos se referem às prestações que estão dentro do quinquênio retroativo à propositura da

presente ação. Não há prescrição total fundada na ausência de pedido de reflexos naquela primeira demanda ajuizada fora do quinquênio retroativo da distribuição desta, pois não a cada pagamento mensal a ré infringe o direito do autor relativamente à integração do plus. Prescrição total que se afasta." (TRT/SP - 00966200702402000 (00966200702402000) - RO - Ac. 10ªT [20101087416](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 27/10/2010)

PROCESSO

Extinção (em geral)

Extinção do feito sem resolução de mérito. O reclamante é carecedor de ação quando pleiteia a declaração da responsabilidade subsidiária decorrente de débitos reconhecidos em outro processo, do qual a recorrente não fez parte. Tal fato enseja a extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT/SP - 00802002120105020015 (00802201001502008) - RO - Ac. 3ªT [20101027448](#) - Rel. MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS - DOE 15/10/2010)

PROVA

Pagamento

DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO. Diante da negativa apresentada pela reclamada quanto aos critérios de pagamento de remuneração variável, caberia a autora apresentar prova cabal acerca do fato constitutivo de seu direito (art. 818, da CLT c/c art. 333, do CPC). (TRT/SP - 01005200808102009 (01005200808102009) - RO - Ac. 3ªT [20101028142](#) - Rel. ELISA MARIA DE BARROS PENA - DOE 15/10/2010)

RECURSO

Documento. Juntada (fase recursal)

DOCUMENTOS. JUNTADA COM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXTEMPORANEIDADE: O documento que comprovaria o depósito do FGTS objeto da condenação não foi juntado com a defesa. A juntada com os embargos de declaração é extemporânea, de modo que não há o que se modificar no julgado. Recurso ordinário da reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 02244200906202009 (02244200906202009) - RO - Ac. 14ªT [20100996692](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 15/10/2010)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Religioso

RELAÇÃO DE EMPREGO. PASTOR. MÚSICO DE IGREJA. Os misteres desenvolvidos no âmbito dos templos religiosos, como tocar instrumentos musicais, não revelam desvirtuamento do objetivo principal, qual seja, atingir o caminho da salvação. A profissão de fé será descaracterizada apenas no caso de prova robusta e cabal de que as atividades exercidas objetivavam finalidades diversas da religiosa. (TRT/SP - 00338200507502006 (00338200507502006) - RO - Ac. 8ªT [20101028991](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 15/10/2010)

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Parcelas que o integram

A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem". Inteligência da Orientação Jurisprudencial de nº 394 da SDI-1 do C. TST. (TRT/SP - 01046200808102005 (01046200808102005) - RO - Ac. 17ªT [20101103063](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 04/11/2010)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Administração Pública. Responsabilidade subsidiária. Lei 8.666/93. A responsabilização do Poder Público, como devedor subsidiário, não significa afastar a incidência do §1º do art. 71 da Lei 8.666/93. Tal dispositivo apenas veda a transferência de encargos trabalhistas à Administração Pública quando inadimplente o devedor principal. A subsidiariedade não se confunde com a transferência da responsabilidade vedada pelo dispositivo legal em questão. O responsável pelo débito continua a ser a empresa prestadora de serviços; a Administração Pública é mera devedora subsidiária. Entendimento diverso retiraria o sentido do §2º do mesmo art. 71, segundo o qual a Administração Pública responde solidariamente pelos créditos previdenciários. Ora, se responde por tais créditos, com mais razão responderá pelos trabalhistas, os quais, de natureza privilegiada, preferem àqueles. (TRT/SP - 01911200600902004 (01911200600902004) - RO - Ac. 1ªT [20100959355](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 15/10/2010)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Ato ilegal da administração

CONTRATO NULO. MUNICÍPIO. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO PRORROGADO EM DESACORDO COM A LEI Nº 650/90. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. SÚMULA Nº 390 DO C. TST. ESTABILIDADE DO ART. 41 DA CF/88. INCABÍVEL. O trabalhador contratado pelo Município de Santos nos moldes da Lei nº 650/90, que tiver o contrato prorrogado reiteradamente, não tem direito à estabilidade no emprego, devido à ausência de aprovação em concurso público, em observância ao disposto no art. 41 da Constituição da República e ao entendimento consubstanciado na Súmula nº 390 do C. TST. (TRT/SP - 01670200744702003 (01670200744702003) - RO - Ac. 8ªT [20101004154](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 19/10/2010)

CETESB. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. NULIDADE. EFEITOS. A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e parágrafo 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS, conforme disposto na Súmula nº 363 do Tribunal Superior do Trabalho. (TRT/SP - 01002200801502000 (01002200801502000) - RO - Ac. 8ªT [20101028860](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 15/10/2010)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. EMPREGADOS NÃO FILIADOS AO SINDICATO. INDEVIDA. A contribuição assistencial não pode ser exigida de empregados não filiados ao sindicato da categoria, em observância ao disposto nos arts. 5º, "XX" e 8º, "V", da Constituição da República, e aos entendimentos consubstanciados na Orientação Jurisprudencial nº 17, da SDC e no Precedente Normativo nº 119, ambos do C. TST. (TRT/SP - 00599200837202004 (00599200837202004) - RO - Ac. 8ªT [20101029556](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 15/10/2010)